

d) Gerir contratos e fornecedores no âmbito das atribuições previstas no modelo de governação dos sistemas e tecnologias de informação da sua competência.

3 — Direção de Transformação Digital, competindo-lhe:

a) Coordenar as atividades da AMA na área da Transformação Digital e do Governo Eletrónico;

b) Assegurar a disseminação e utilização das plataformas e funcionalidades que a AMA desenvolve e mantém, incluindo as funcionalidades de Identificação Eletrónica, de Interoperabilidade, de Serviços Transversais à Administração Pública nomeadamente a Plataforma de Interoperabilidade, Gateway de SMS ou a Plataforma de Pagamentos, bem como as plataformas para utilização generalizada de cidadãos e empresários/empresas como é o caso do Portal do Cidadão ou do Balcão do Empreendedor;

c) Assegurar o plano integrado de desenvolvimento de novas plataformas de atendimento digital, transversal e global a toda a AMA;

d) Desenvolver e implementar uma política integrada de utilização de Serviços Digitais por parte da Sociedade;

e) Acompanhar, em articulação e colaboração constante, as áreas operacionais de gestão do Portal do Cidadão (Contacto Remoto e Formação) e do Balcão do Empreendedor (Plataformas de Licenciamento);

f) Coordenar os trabalhos de implementação e lançamento de novas plataformas digitais para a Administração Pública, Cidadão e Empresas.

Na dependência da Direção de Transformação Digital são criadas as seguintes equipas:

i) Equipa de Governo Eletrónico, competindo-lhe:

a) Assegurar o planeamento e disseminação dos serviços disponibilizados pela AMA ao nível da gestão e envio de SMS e da utilização da Plataforma de Pagamentos;

b) Assegurar a manutenção e enriquecimento da Plataforma de Interoperabilidade, nomeadamente através da criação de novos serviços e de novas funcionalidades ao dispor da Administração Pública;

c) Assegurar a manutenção e evolução da Identificação Eletrónica, contribuindo para o alargamento das potencialidades da componente eletrónica associada ao Cartão de Cidadão, maximizando o seu uso por parte dos agentes sociais;

d) Identificar novas tendências e potencialidades tecnológicas para uso da Administração Pública, que facilitem o quotidiano da vida dos Cidadãos e Empresas;

e) Desenvolver e contribuir para a definição de normas e modelos de referência para utilização da Administração Pública em vários domínios das TIC, com especial destaque para o desenvolvimento de aplicações e portais e para a utilização eficiente das Comunicações.

ii) Equipa de Projetos e Políticas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), competindo-lhe:

a) Assegurar e coordenar o desenvolvimento de novas plataformas digitais da AMA (para uso externo), em estreita articulação com as áreas operacionais responsáveis pela gestão das plataformas;

b) Desenvolver o plano setorial TIC para as áreas da Presidência do Conselho de Ministros e AMA, IP;

c) Acompanhar o desenvolvimento das iniciativas do grupo CTIC/TIC 2020;

d) Apoiar o Diretor da Direção de Transformação Digital no âmbito das iniciativas CTIC/TIC 2020 da AMA;

e) Apoiar o Diretor da Direção de Transformação Digital na emissão de pareceres de avaliação de alinhamento tecnológico e/ou estratégicos.

iii) Equipa de Usabilidade e Planeamento de Sistemas, competindo-lhe:

a) O planeamento do ciclo de desenvolvimento de novas plataformas e ferramentas para a Administração Pública, articulação com as equipas da Direção de Sistemas de Informação para definição dos calendários de implementação e desenvolvimento de novas soluções;

b) A gestão e acompanhamento do ciclo de desenho e conceção de novas soluções;

c) Desenvolvimento de novas metodologias de usabilidade e de envolvimento de painéis de utilizadores, utilizando metodologias de Design Thinking, Co-Criação, ou outras similares;

d) A inclusão de políticas de Dados Abertos em todas as plataformas e sistemas de AMA para utilização da AP, Cidadãos ou Empresas;

e) Apoiar o Diretor da Direção de Transformação Digital no planeamento estratégico e operacional de todos os desenvolvimentos de novas soluções para a AP/Cidadãos/Empresas.

4 — Equipa de Plataformas de Licenciamento competindo-lhe:

a) A gestão e desenvolvimento do Balcão do Empreendedor (BDE), Sistema de Indústria Responsável (SIR) e Plataforma Multicanal (PMC), de acordo com a evolução legislativa e regulamentar, em articulação com a Direção de Sistemas de Informação (DSI)

b) Incorporar no BDE os vários regimes jurídicos que devem ser desmaterializados e tramitados nesta plataforma;

c) Apoiar a DTD no desenvolvimento de novas soluções e plataformas de licenciamento;

d) Assegurar o apuramento de saldos e fluxos financeiros entre a AMA, municípios e parceiros da AP referentes aos vários regimes e às taxas neles previstas.

5 — Equipa de Simplificação e Participação Pública competindo-lhe:

a) Apoiar a tutela na monitorização e acompanhamento do Programa Simplex +;

b) Estudar e avaliar o impacto das medidas de simplificação administrativa, especialmente as medidas inscritas no Programa Simplex +;

c) Estudar e apresentar propostas de medidas de racionalização e de redução do volume do corpo normativo;

d) Desempenhar atividades de PMO na implementação das medidas SIMPLEX+ a cargo da AMA;

e) Assegurar a presença da AMA em projetos e atividades de participação pública;

f) Representar a AMA em fóruns nacionais e internacionais, estes últimos em estreita articulação com a Equipa de Relações Internacionais, de *Better Regulation*, REFIT e aplicação do SCM;

g) Organizar e apoiar o lançamento do Laboratório de Experimentação da Administração Pública;

h) Desenhar uma estratégia de envolvimento de autarquias e parceiros regionais em iniciativas de modernização, nomeadamente através da alavancagem das instalações da AMA em Guimarães;

i) Desenvolver um centro de competências da AMA em matéria de participação pública e angariação de parceiros para projetos conjuntos de modernização administrativa;

j) Desenhar novos fluxos e processos desmaterializados a incluir no BDE;

k) Assegurar o relacionamento institucional entre a AMA e as entidades da AP que são responsáveis pelos fluxos e processos tramitados nas plataformas de licenciamento sob gestão da AMA.

C) São extintas: a Equipa de Logística e Aprovisionamento, a Equipa de Planeamento e Qualidade, a Equipa de Projetos e Inovação, a Direção de Simplificação Administrativa e Regulatória e a Equipa de Desenvolvimento.

D) É alterada a designação da Equipa de Apoio à Modernização para Equipa de Avaliação de Medidas de Modernização e da Equipa de Engenharia de Sistemas de Informação para Equipa de Engenharia de Software, mantendo-se as designações dos atuais Chefes de Equipa.

E) Mantêm-se as Equipas de Comunicação e Recursos Humanos com os dirigentes atualmente designados.

F) São designados:

a) Chefe de Equipa de Relações Internacionais: Cláudia Isabel Silvério Gonçalves Barroso;

b) Diretor de Sistemas de Informação: Gil Alexandre Oliveira Vieira;

c) Chefe de Equipa de Infraestruturas Tecnológicas: Pedro Miguel Soares da Silva;

d) Chefe de Equipa de Governo Eletrónico: Paulo Alexandre da Silva Pacheco Lobo;

e) Chefe de Equipa de Projetos e Políticas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC): Maria Isabel da Costa Baía;

f) Chefe de Equipa de Plataformas de Licenciamento: Jorge Manuel Coutinho Cabrita de Sousa;

g) Chefe de Equipa de Simplificação e Participação Pública: Ana Sofia Fernandes Figueiredo Martins.

G) Nos termos do n.º 5 do artigo 1.º da Portaria n.º 92/2010, de 12 de fevereiro, determina-se que o Diretor de Sistemas de Informação e a Chefe de Equipa de Simplificação e Participação Pública são equiparados, para efeitos de remuneração, a cargo de direção intermédia de 1.º grau e os restantes a cargo de direção intermédia de 2.º grau.

27 de junho de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P., *Pedro Manuel Francisco da Silva Dias*.

209702272

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 8568/2016

Foi apresentada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto,

na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de correção de erro material da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a área do município de Vila Franca de Xira, constante da Portaria n.º 1374/2009, de 29 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 94-B/2009, de 28 de dezembro, pela Declaração de Retificação n.º 10/2010, de 26 de fevereiro e pela Declaração de Retificação n.º 13/2010, de 20 de abril, alterada pelo Aviso n.º 13798/2013, de 13 de novembro.

Esta proposta pretende corrigir a delimitação da mancha excluída n.º 187, com uma área de 1596,70 m², situada na União das freguesias de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz, por se ter verificado que o limite publicado não coincide com o limite do prédio que fundamentou a sua exclusão.

Após apreciação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo verificou que se mantém o polígono e a área originais, consistindo a correção numa ligeira deslocação da mancha para sul, pelo que a proposta tem enquadramento na alínea a)

do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e mereceu parecer favorável.

Assim, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, por despacho de 14 de abril de 2016, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo foi aprovada a presente correção de erro material da REN do município de Vila Franca de Xira.

As plantas corrigidas, ora publicadas, podem ser consultadas na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e na Direção-Geral do Território.

24 de junho de 2016. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

